

UMA ABORDAGEM POSSÍVEL DA POPULAÇÃO NEGRA NO CONTESTADO (1912-1916) PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Francine Costa ¹

Resumo: O seguinte texto, inserido no programa do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina, visa pensar o conflito ocorrido na região do Contestado, em Santa Catarina, entre 1912 e 1916. A Insurgência da população cabocla tem sido constantemente revisitada por diferentes abordagens em diferentes interpretações. Aqui se pretende abordar as populações negras inseridas no contexto do conflito. Integrantes de grupos excluídos, caboclas e caboclos acabam silenciados nas historiografias que optam por outras centralidades nas narrativas. Enquanto uma mulher negra que procura pensar o Contestado, nesta pesquisa, esta questão emerge como estruturante. A Proposta Curricular de Santa Catarina assinala que a educação inclusiva deve possibilitar o acesso ao conhecimento com qualidade para que se aprenda a atribuir significados às informações vindas da sua cultura e aprenda a dialogar com as outras culturas. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais consta que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação e possibilitar ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar para a mudança das concepções de mundo, contribuindo para a construção e reconhecimento de identidades mais plurais e solidárias. Determina a abrangência, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, localidades, regiões, destacando acontecimentos e realizações próprios de cada localidade. Entendendo a Insurgência do Contestado como o maior conflito bélico ocorrido no Estado de Santa Catarina, com múltiplas questões a entrecruzando, outra abordagem narrativa, que contemple a população negra, pode ser possível e, vai de encontro com demandas contemporâneas do ensino de história.

Palavras-chave: ProfHistória. Ensino de História. Contestado. Populações Negras.

A Insurgência ocorrida no Contestado, cujo ensino esta presente no currículo do Estado de Santa Catarina, foi cenário do maior conflito bélico do estado, tem grande importância para a nossa história, em Santa Catarina, assim como, da História do Brasil. A Insurgência da população, em conflito ocorrido entre 1912 e 1916, envolveu uma grande complexidade de aspectos na sua conjuntura e deixou marcas na população do sul do país que podem ser percebidos na atualidade, passados mais de cem anos de seu fim.

¹ Estudante do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista CAPES, graduada em História (Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE), contato: francinne.costa@gmail.com.



Fotografia 1: Claro Jansson (1012 - 1916)



Fonte: MATIHAS, Herculano Gomes. PIAZZA, Walter. THOMÉ, Nilson. *Contestado*. Editora Index: Rio de Janeiro, 1987. p. 67.

Esta fotografia, atribuída a Claro Jansson, durante a insurgência do Contestado, é muito utilizada na historiografia e no ensino de história para representar o conflito. Nela percebemos homens de chapéu e paletó organizados em duas fileiras, da direita para a esquerda em pé na primeira fileira estão dois homens com instrumentos musicais, um toca uma sanfona sorrindo e o outro posa como quem canta e toca a viola, ao lado deles posam mais oito homens portando diferentes tipos de espingardas. Na segunda linha, agachados, o primeiro homem à direita posa com dois revólveres, o segundo porta um facão na mão direita e um revólver na esquerda, seguindo de um homem descalço também munido de um facão na mão direita e um revólver na esquerda. Ao seu estão dois homens com espingardas e o último à esquerda segura um revólver.

Algo que chama atenção nesta foto icônica, ao se estar comprometida com a temática das relações etno-raciais, é o fato da maioria destes homens serem perceptivelmente negros. No livro produzido pela Fundação Catarinense de Cultura em 1987 em conjunto com o

Governo do Estado de Santa Catarina e a Fundação Roberto Marinho, tendo como autores selecionados para a obra, Herculano Gomes Mathias, Walter Piazza e Nilson Thomé, onde esta fotografia ilustra a capa do livro, a imagem é apresentada com a seguinte legenda: "Bando de jagunços e fanáticos em demonstração de poder armado e animado por uma dupla de músicos. Nota-se a mistura étnica do grupo" (Mathias, Piazza e Thomé, 1987).

Nesta legenda do livro é possível perceber que há um reconhecimento, dos autores, de que a composição das pessoas do Contestado não era exclusividade de uma única etnia, mas não significa que reconhecem a presença de pessoas negras no Contestado, tanto que este reconhecimento do comentário que legenda a fotografia não dialoga com o discurso presente no livro ao todo, onde a presença de pessoas negras é pouco relatada durante o texto. Este não reconhecimento é encontrado em praticamente toda a historiografia que relata o Contestado, pois a questão de raça não costuma ser estruturante nas pesquisas que são produzidas.

Por este motivo, uma possibilidade de revisar o ensino sobre o Contestado abarcando a população negra é justamente partir do uso de fotografia para construir narrativas que se apresentam como fontes, frente à pouca produção historiográfica. São dados concretos que abrem margem à novas possibilidades.

Façamos agora uma (re)leitura desta fotografia contemplando a educação para as relações étnico-raciais.

Na fotografia percebemos a presença de pessoas não brancas e negras, que participaram ativamente da insurgência do Contestado. Ora, como pessoas negras estariam presentes nesta fotografia sendo que na historiografia, conforme Thomé (2009) existem autores que chegam a considerar insignificante a presença de negras e negros na composição do estado de Santa Catarina? Para ficar apenas nesta questão e não problematizar a composição étnica dos caboclos, tão discutida na historiografia, neste artigo, pois converter-se-ia em uma outra produção.

Para explicar esta composição étnica da fotografia uma possibilidade é pensar o processo de ocupação da região onde ocorreu o conflito, que atualmente está localizada entre os estados de Santa Catarina e Paraná. A ocupação não ocorreu de forma única, possui especificidades nas áreas da região e, a configuração atual do território foi delimitada após a instalação da República, em contexto que entrecruza a insurgência. Pedro Martins (1991) em sua dissertação de mestrado intitulada "Anjos de Cara Suja", apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, procura resgatar as origens históricas da comunidade que denomina "cafuza", um grupo que tem sua origem em dois segmentos marginalizados da população, o negro e o indígena, no Planalto Catarinense, sua participação no movimento do Contestado, a fuga da Guerra e a posterior readaptação nos territórios do Planalto da serra do Mirador, no estado de Santa Catarina.

Martins (1991) explica o movimento de ocupação da região do Contestado a partir das expulsões de indígenas de maioria Kaingang e Xokleng que habitavam a região, lembrando que este procedimento foi muito praticado nos processos de ocupações que constituíram o território brasileiro. Quanto à região do território que foi ocupado no Contestado, o autor delimita as raízes desta população no Planalto de Santa Catarina, na região onde se desenvolveu a insurgência do Contestado, em território maior que o atual território do estado Catarinense, incluindo o estado do Paraná. Situa-se, conforme o autor, entre os 26 e 28 graus de latitude sul, e aproximadamente 50 a 52 graus a oeste de Greenwich.

A região aqui tratada foi caminho de viajantes que transitavam entre o sul e sudeste do Brasil e "desbravada" a partir do século XVIII com o início do ciclo do ouro em Minas Gerais. O transporte de animais entre o Rio Grande do Sul e o sudeste levaram à criação dos caminhos das tropas nesta região, sendo a primeira datada por Martins (1991) em 1728. Os caminhos das tropas vão ser a principal conexão entre o extremo sul e o restante do território até a implantação da estrada de ferro, envolvida no contexto da Insurgência, no século XIX.

Neste contexto, o autor descreve que de forma gradual, posseiros foram se fixando na região. Sobre a ocupação negra, com a Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista, no início e no final do século XIX, um grande número de ex - escravos, forros ou fugidos, vieram para os sertões do planalto do atual estado de Santa Catarina sem se importar com as condições de isolamento do sertão.

Gradativamente muitas vilas foram fundadas na região. As pessoas que habitavam estas localidades, em geral, eram muito pobres e comandadas por coronéis com grande influência sobre os locais. Martins (1991) aponta marcos que aumentaram as desigualdades e marginalização na região, a Lei de Terras de 1850 que tornava obrigatório requerimentos de propriedade de terras e levou à expulsão de pessoas das terras que ocupavam e, a proclamação da República que transferiu as terras públicas para os Estados sob controle do coronéis.

Nilson Thomé (2009) relata que entre 1908 e 1910 ocorreu uma corrente imigratória de negros, mamelucos e mulatos para a região do Contestado, que vieram da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo como trabalhadores contratados para a abertura da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande:

O contingente recrutado pela Brazil Railway Company para trabalhos braçais em nossa região chegou a cerca de oito mil pessoas, parte delas a seguir e até 1916 sendo aproveitada para a implantação dos trilhos no Ramal de São Francisco, trecho entre Mafra/Rio Negro e Porto União/União da Vitória, na direção do porto de São Francisco. Concluída a construção, já na segunda década do século XX uma parcela destes elementos não regressou às origens, optando por se estabelecer nas terras marginais da ferrovia e assim se inseriram na sociedade regional, trazendo suas tradições, usos e costumes. (Thomé, 2009).

Estes processos de ocupação e os fatores apresentados possuem grande relevância para o contexto da insurgência pois, muitas pessoas ou foram expulsas de suas terras ou forçadas a trabalhar em condições impostas, no que chama de "massa humana marginalizada". A insurgência do Contestado, para Martins (1991), foi uma negação do modelo de estrutura fundiária vigente, tanto que durante o conflito os insurgentes praticavam a queima de registros de terra e por parte dos opressores lhes foi oferecido em troca de rendição, partes de terras. Os que se rendiam pela promessa de terras acabavam massacrados, sem recebê-las, conforme relata.

Voltando à questão posta neste artigo, através da fotografia icônica do Contestado selecionada, elementos do processo de ocupação da população negra nesta região do território de Santa Catarina e Paraná possibilitam uma nova narrativa que contempla a educação das relações étnico raciais e que pode ser trazida para o ensino de História.

A população insurgente foi protagonista da luta pela terra que ocupava. Sua luta se entrecruza com questões como as alterações políticas implantadas pela República; a disputa da divisa de território entre Santa Catarina e Paraná; interesses na fronteira agropecuária em expansão, que resultou em um processo peculiar de apropriação dos solos; os distintos campos de exercício do poder local; a ação da Brazil Railway e sua subsidiária Lumber and Colonization e a expulsão da população ao longo da ferrovia SP-RS, conforme a concessão de terras realizada em troca da construção da estrada, sem preocupações com as consequências para a população desocupada, alinhada ao projeto de “embranquecimento”, “ordem” e

“progresso” que, através da Lumber and Colonization, colonizou a região com imigrantes brancos advindos principalmente da Europa.

Estes elementos causaram muitos impactos na população e potencializaram a crise social que se reflete até a atualidade na região. Sobre a insurgência, conforme Carvalho (2009) milhares de pessoas, entre “posseiros expulsos de suas terras, ervateiros impossibilitados de continuar os seus trabalhos” e “trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, uniram-se em torno da liderança” do monge José Maria o movimento social de insurgência dos caboclos, luta que foi correspondida com grande repressão pelos governos Federal e dos estados de Santa Catarina e Paraná.

Relata Thomé (2009), que desde a abertura dos caminhos dos tropeiros, o negro participou da formação do homem do Contestado. A maior parte dos caboclos da Região do Contestado, do tempo da Guerra do Contestado, era constituída, assim, como relata Machado (2004), em maioria por negros. Além de brancos, também habitava a região indígenas, e "miscigenados", ou seja, não brancos. Segundo a historiadora Abi-Ramia (2016), e também Martins (1991), os descendentes dos sertanejos que participaram das lutas no Contestado sobreviveram em situação precária.

Passados mais de cem anos da insurgência, atualmente, boa parte da região onde aconteceram os enfrentamentos é especialmente carente. Dos municípios de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2010) no Estado de Santa Catarina, cinco se localizam nesta região e a maioria dos primeiros colocados estão localizados no litoral. Estes dados demonstram a concentração de recursos e oportunidades nas zonas urbanas e a falta de investimentos frente a precariedade que marca historicamente a região, algo que também pode ser problematizado nesta narrativa possível.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) assinala que a educação inclusiva deve possibilitar o acesso ao conhecimento com qualidade para que se aprenda a atribuir significados às informações vindas da cultura em diálogo com as outras culturas. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais consta que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação e possibilitar ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar possibilitando mudança das concepções de mundo, contribuindo para a construção e reconhecimento de identidades

mais plurais e solidárias. Determina a abrangência, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, localidades, regiões, destacando acontecimentos e realizações próprios de cada localidade.

Esta determinação esta assegurada pela Lei no 10.639/033 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de educação básica do país, e ampliada pela lei 11645/2008 que instituiu a temática como transversal obrigatórias em todas as disciplinas do currículo da educação básica através de alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei 9394/96. Nós professoras e professores somos parte importante do processo de implementação, devemos assumir e pensar possibilidades de implementar a lei dentro do currículo existente, para além da efetivação da lei em si, existem as contingências da sala de aula, dentre elas, a necessidade de discutir as relações étnico-raciais na sala de aula. Para tal, precisamos conhecer o currículo, repensar o que ensinamos, que culturas apresentamos em nossas narrativas, a partir do olhar de um ensino das relações étnico raciais.

Nilma Lino Gomes (2012), quando fala da mudança estrutural aplicada pela legislação, aponta abertura para a construção de uma ruptura epistemológica e curricular emancipatória na escola por considerar a existência do "outro" com quem se fala e de quem se fala. A ruptura epistemológica sobre a qual escreve Gomes, que fundamenta para uma educação anti racista, é muitas vezes entendida como uma compulsória adição de novos conteúdos que contemplem a temática, porém, por se tratar de uma mudança estrutural deve passar também pela revisão de todos os conteúdos, considerando as narrativas como embricadas com o ensino das relações étnicos-raciais, trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política, como a narrativa apresentada, que contempla populações marginalizadas na historiografia produzida sob o olhar da branquitude que não considera as questões de raça (enquanto uma construção social) como algo estruturante do olhar.

É possível pensar a branquitude, conforme conceitua Schucman (2014), como um sistema de dominação e opressão que concede poder aos brancos, uma forma de ver e estar no mundo enquanto branco, uma identidade racial não vista como tal, não sentida nem pensada como racial. A questão racial existe de forma estrutural na sociedade mas costuma ser vista como neutra, uma vez que os padrões masculinos e brancos se apresentam como universais,

representantes da humanidade e as outras raças como humanidades particulares. Assim, branquitude parte da apropriação da ideia de raça construída no século XIX que considera brancos como superiores dotados de privilégios simbólicos que são reproduzidos na sociedade, muitas vezes sem se perceber.

Importante lembrar que o termo raça é construído socialmente, Cardoso e Rascke (2014) lembram que o conceito de raça foi engendrado na modernidade Europeia para resolver sua problemática da diversidade, classificando os humanos em grupos por atributos fenótipos em classificações biológicas que sabemos atualmente não existir. Usam de Munanga (2005) para explicitar a importância de compreender o conceito de raça enquanto "uma construção sociológica e político-ideológica" (Cardoso; Rascke, 2014 apud Munanga, 2010) que persiste no imaginário coletivo.

Carmen Tereza Gabriel e Ana Maria Monteiro, que na introdução do livro "Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas", de 2014, trouxeram uma aposta pertinente para o currículo de História através de uma resignificação da "narrativa": o uso do termo narrativa por diferentes áreas do conhecimento está ligada aos ares dos novos tempos que correm, chamados pelas autoras de tempos pós, pós modernos, pós estruturalistas, pós críticos, pós coloniais.

Em tempos de crise da razão moderna instrumental Iluminista que dissipam as certezas, o sentido de verdade absoluta perde a força nas explicações dos acontecimentos sociais e o não mais ler sobre a teoria de, mas discursos sobre. Abriu-se espaço para leituras de mundo plurais, múltiplo, instável, veloz e provisório que trata de diferentes posições de sujeitos, no aqui e agora. Para Gabriel e Monteiro (2014) este cenário é terreno fértil para desenvolver os paradigmas interpretativistas e narrativistas, para a proposta de instrumentos de análises para compreender as práticas sociais pela perspectiva das narrativas.

Neste sentido, as narrativas, trazem a questão das micro narrativas, reconhecidas por seu papel de heurística que expressam as múltiplas identidades, vozes e diferentes versões de verdades. Narrativas do eu, do outro, dos outros, do nos que permitem dar visibilidade, voz, lugar a estes sujeitos fragmentados, minorias culturais que muitas vezes não são articulados nos debates a sua condição de classe social.

Estes tipos de narrativas história são caminhos abertos, reorganizando as relações de poder e as representações nas disputas internas pela hegemonia do campo, neste meio esta a

possibilidade de uma resignificação das narrativas quando se discute o ensino de História atrelado à educação para as relações étnico raciais.

Partir da narrativa como sinônimo de discurso, expressa subjetividades produzidas e produções de subjetividades, sejam elas narrativas oficiais, de quem está no poder ou dos que não estão no poder, narrativa dos excluídos, nesses casos o uso de narrativas está ligado a denunciar as relações assimétricas de poder materializadas nas práticas curriculares. Outra possibilidade apresentada é a narrativas do eu. Trás a tona as subjetividades dos sujeitos pesquisados, se utilizando de entrevistas semiestruturadas, questionários e anotações de campo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. **Lei 10.639.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645.** Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. Capítulo 1: Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro (Org.). **Formação de Professores:** produção e difusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: Dioesc, 2014. Cap. 1. p. 11-28.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas.** Campinas: Ed. UNICAMP/ CECULT, Coleção Várias Histórias, CNPq/FAPESP, 2004.

MARTINS, Pedro A. Batista. **Anjos de cara suja : etnografia da comunidade cafuza.** 1991. ix, 300f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 1991. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PASO0014-D.pdf>

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2º ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do contestado, 1912 – 1916. 3ª Ed. São Paulo: Ática. 1981.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. 2014.

SCHUCMAN, Lia, e NOVAES, Lia. **Branquitude e progresso**: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia [online], 2012, vol. 12, p. 288-311.

MATHIAS, Herculano Gomes. PIAZZA, Walter. THOMÉ, Nilson. **Contestado**. Editora Index: Rio de Janeiro, 1987.

THOMÉ, Nilson. **Negros no Contestado, sim! Quilombos e quilombolas, não!** In: *Ágora: Revista de Divulgação Científica*: Mafra, v. 16, n. 1, 2009.